

**O cenário histórico da colonização do estado de Rondônia e os povos indígenas:
repercussões de lutas e re-existência**

El escenario histórico de la colonización del estado de Rondônia y los pueblos
indígenas: repercusiones de luchas y re-existencia

Vanúbia Sampaio dos Santos
Universidade Federal de Rondônia – UNIR
Ji-Paraná-RO, Brasil
Rosângela Célia Faustino
Universidade Estadual de Maringá - UEM
Maringá-PR, Brasil
Armelinda Borges da Silva
Secretaria Municipal de Educação - SEMED
Ji-Paraná-RO, Brasil

Resumo

O artigo apresenta uma análise sobre os antecedentes históricos da situação dos indígenas e das frentes de ocupação da Amazônia, em especial no estado de Rondônia. Contextualizam-se as implicações ocasionadas no decorrer dos I e II Ciclos da Borracha, a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, construção da linha telegráfica de Rondon e da rodovia BR-364. A metodologia adotada compreendeu a revisão bibliográfica (MARCONI; LAKATOS, 1991). Os resultados da pesquisa registram eventos de que a colonização da região causou muitos prejuízos (violências, mortes, perda de territórios tradicionais etc.) aos povos indígenas. Por outro lado, houve e ainda há outras forças que constituem em resistência a condição de colonizados, os indígenas constituem como parte de forma de reexistir (ANCHITE, 2009) neste espaço chamado Amazônia.

Palavras-chave: Colonização; Estado de Rondônia; Povos indígenas.

Resumem

El artículo presenta un análisis sobre los antecedentes históricos de la situación de los indígenas y de los frentes de ocupación de la Amazonia, en especial en el estado de Rondônia. Se contextualizan las implicaciones ocasionadas en el curso de los I y II Ciclos de la Goma, la construcción del Ferrocarril Madeira-Mamoré, construcción de la línea telegráfica de Rondon y de la carretera BR-364. La metodología adoptada comprendió la revisión bibliográfica (MARCONI; LAKATOS, 1991). Los resultados de la encuesta registran eventos de que la colonización de la región causó muchos perjuicios (violencias, muertes, pérdida de territorios tradicionales, etc.) a los pueblos indígenas, a la selva, así como a los seringueiros y colonos migrantes. Por otro lado, hubo y aún hay otras fuerzas que constituyen en resistencia a la condición de colonizados, los indígenas constituyen como parte de forma de reexistir (ANCHITE, 2009) en este espacio llamado Amazonia.

Palabras clave: Colonización; Estado de Rondônia; Pueblos indígenas.

Introdução

O colonialismo dissimulou até o próprio nome em sua etimologia. Para Casali (2014, p. 260), “O vocábulo *colonialismo* deriva do verbo latino *colere* (*colo, colui, cultum, colere*)”, que significa cultivar, habitar, morar, honrar, venerar, respeitar. Denota uma relação de pertencimento à terra em que habita, trabalha e dela sobrevive: “[...] a expressão *colonialismo* é uma brutal inversão (uma usurpação semântica dissimulada, muito mais que um eufemismo) desse sentido originário de cultivar a própria terra; trabalhar como autoprodução material da vida”. (CASALI, 2014, p. 260).

De maneira semelhante, para Bosi (1994, p. 11) “As palavras *cultura, culto, colonização* derivam do mesmo verbo latino *colo*, cujo particípio passado é *cultus* e o particípio futuro é *culturus*”. Para o autor, em Roma, *colo* tinha o significado de eu moro, eu ocupo a terra. Ainda por extensão, significava: eu trabalho, eu cultivo o campo. De *colo* deriva a palavra colônia, e designa o espaço que se ocupa, terra ou povo que trabalha ou se sujeita a terra.

O que originalmente significava morar, plantar, viver, retirar seu sustento, produzir a vida material e imaterial transformou-se na invasão do espaço já habitado pelo outro. Em relação à colonização da Amazônia, os colonizadores apoderaram-se da terra que já era habitada por centenas de povos indígenas que dela desfrutavam. A floresta amazônica fornecia os recursos naturais para alimentá-los. A terra era cuidada para continuar a suprir suas necessidades materiais. Além disso, lá construíam e reconstruíam a vida imaterial, seus rituais, costumes e saberes. Porém, após o início da exploração dos territórios amazônicos, os colonizadores europeus agiram de maneira diferente com a terra e com as pessoas que a habitavam por séculos ou milênios. Muitos são os conceitos estereotipados e marcados por um viés ideológico que encontramos no contexto atual: a noção de vazio demográfico, as populações indígenas igualadas à natureza e o bandeirante como herói civilizador (SOUZA, 2011, p. 54)

Para escrever esse texto, traçando uma retrospectiva histórica da colonização do estado de Rondônia, seguiu a abordagem qualitativa (MINAYO, 2001). Para a autora, “[...] a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (p. 22). Optou-se pelas contribuições bibliográficas, seguindo os pressupostos de Marconi e Lakatos (1991), a pesquisa bibliográfica segundo os autores, “[...] não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. (MARCONI; LAKATOS, 1991, p. 183).

O I e o II ciclo da borracha em Rondônia

Após a demarcação das fronteiras entre Portugal e Espanha, a história da Amazônia, na segunda metade do século XX, foi assinalada pela extração de produtos da floresta. Houve tempos promissores com a exploração aurífera, porém o auge do lucro ocorreu com a descoberta e o uso massivo da borracha, uma vez que a seringueira da Amazônia era a única árvore nativa a produzir látex com fins industriais em grande escala.

Para Souza (2009, p. 237-238), “Os índios Omágua¹, chamavam de ‘hevé’ uma matéria flexível, fabricada pela coagulação do leite de uma árvore, não podiam imaginar o que aquela seiva iria causar a eles e ao mundo amazônico”. A apropriação dos conhecimentos indígenas por meio da biopirataria sobre a borracha ocasionou o lucro de empresas sem levar em conta que o uso do produto fora iniciado pelos povos indígenas ameríndios.

Os portugueses levaram o material para a Europa e, até o início do século XIX, o utilizavam em baixa escala, principalmente como borracha de apagar (*rubber* em inglês) e na fabricação de bombas de sucção, bolas e botas. Mais tarde, esses utensílios passaram a ser produzidos em Belém e levados para a Europa. (TEIXEIRA; FONSECA, 2001).

Apesar da utilidade da borracha, os produtos eram confeccionados em baixa escala e apresentavam pouca resistência ao calor, amoleciam facilmente, ficavam pegajosos e se transformavam numa goma malcheirosa. Inversamente, quando a temperatura ficava baixa, a borracha esfarelava e enrijecia, dificultando o uso. (SOUZA, 2009). Isto se modificou em 1839 por Charles Goodyear, ao desenvolver uma fórmula que atribuiu resistência às temperaturas altas e baixas. Em 1842, Hancock iniciou o processo de vulcanização (SILVA, 1984), e McIntosh descobriu uma forma de impermeabilização. (SOUZA, 2009). Essas descobertas possibilitaram a ampliação da demanda internacional do látex da Amazônia.

As árvores nativas mais exploradas por possuírem uma maior quantidade de seiva foram o caucho (*Castilloa ulei*) e a seringueira (*Hevea brasiliensis*). A seiva leitosa chamada de goma, goma elástica ou látex, transformou-se em “ouro branco” devido ao lucro auferido. O olhar do mundo se voltou para as extensas áreas da Amazônia e o atual estado de Rondônia tornou-se um espaço de exploração dessa nova riqueza natural. Teixeira e Fonseca (2001) destacam que as regiões do Acre e do rio Madeira detiveram as maiores reservas do produto de ótima qualidade.

Para a extração da seiva, os seringueiros faziam uso das técnicas já empregadas pelos povos indígenas. A árvore caucho era necessário cortá-la, enquanto a seringueira precisava apenas sofrer um sangramento do caule. Conforme explica Ribeiro (1990), com o

objetivo de obter uma produção maior, inicialmente os coletores realizavam um método primitivo que consistia em sangrar a árvore com cortes profundos. Esse processo danificava-a e, em poucas safras, deixava de produzir.

A jornada do seringueiro era árdua. Consistia em percorrer duas vezes ao dia as estradas que interligavam as seringueiras. A primeira passada ocorria ao amanhecer, saíam para sangrar a árvore e pôr a tigela para recolher o látex. Pela tarde, era realizada a segunda jornada, que consistia em recolher o líquido acumulado nos recipientes. O trabalho só se encerrava à noite, com a coagulação do leite em forma de grandes bolas (ou pelas), por meio da defumação. (RIBEIRO, 1990).

Devido à derrubada intensiva do caucho e à má utilização das seringueiras, somadas à necessidade de aumento da produção, grandes áreas de florestas até então intocadas passaram a ser incorporadas ao processo produtivo. Tal ampliação não demoraria a afetar as terras habitadas por indígenas, que, na tentativa de defender seus territórios, realizavam ataques aos intrusos. Isso resultou muitas mortes, principalmente dos indígenas, uma vez que os seringueiros possuíam armas de fogo.

Na tentativa de expulsar os índios, “Os seringueiros adotaram a prática das ‘correrias’, que consistiam em ‘botar os índios para correr’, a tiros de espingarda. Os que não corriam eram massacrados”. (LESSA, 1991, p. 28). Devido aos embates, grande quantidade de indígenas fugiu para lugares mais remotos, ainda não explorados pelos seringueiros. Houve situações em que os indígenas passaram a integrar a força de trabalho extrativista e foram utilizados como força de trabalho dessa nova frente de ocupação econômica.

Com o tempo, os seringueiros adquiriram prática na extração da seringa, “A tecnologia de extração foi sendo aperfeiçoada e os cortes aprimorados, feitos na superfície da casca, para não ferir o cerne. Com isso os seringais passaram a ter uma duração maior”. (LESSA, 1991, p. 28). Para a extração, fixavam pequenas cuias nas árvores para recolher o leite e, depois, este era defumado. Na defumação, faziam bolas grandes (LESSA, 1991).

O processo de extração da borracha na Amazônia pode ser dividido em dois grandes períodos: o I e o II Ciclos da Borracha. Embora a extração tenha se iniciado alguns anos antes, o primeiro ciclo teve seu apogeu nos anos de 1879 a 1912, enquanto o segundo ocorreu ao longo da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), mais precisamente entre 1942 e 1945.

No primeiro ciclo, a ocupação dos rios Madeira e Guaporé formou-se por correntes migratórias provenientes das regiões Nordeste e Centro-Oeste do Brasil e da Bolívia. Mas a principal força de trabalho foi composta por nordestinos, com predominância dos cearenses, atingidos por uma seca que devastou a região.

Durante a grande seca que afetou o Ceará entre 1877 e 1880 e os conflitos sociais em decorrência da estiagem, dirigentes cearenses desejosos de aliviar tensões sociais concederam passagens, estimulando a migração em massa de trabalhadores para outras províncias. (BARBOZA, 2016, p. 118).

O primeiro ciclo da borracha começou nas últimas décadas do Império no Brasil. Naquele período, as propagandas com promessas da obtenção de riquezas com o trabalho nos seringais da Amazônia contribuíram para que centenas de trabalhadores migrassem para a região.

O destino inicial era Belém ou Manaus e, em seguida, eram distribuídos para os seringais ao longo da Amazônia. O transporte era feito, na maioria das vezes, em porões de navios e a insalubridade da viagem contribuía para que muitos não resistissem, vitimados por doenças e por alimentação inadequada e escassa.

Oliveira (2000) classificou os primeiros exploradores do látex na região do Madeira e Guaporé em três grupos: os mamelucos e nativos, que já viviam na região e comercializavam as drogas do sertão com aventureiros e foram utilizados para o trabalho; os bolivianos, que exploraram os rios Beni e Mamoré até chegar ao rio Madeira; por fim, os nordestinos, predominantemente cearenses, que adentraram pela foz do rio Madeira.

Em meados do século XIX, as margens dos rios Guaporé, Mamoré, Madeira, Machado (Ji-Paraná) foram ocupadas por grupos de seringalistas. Na primeira cachoeira do rio Madeira, denominada por Santo Antônio, onde formou a primeira missão jesuíta do atual estado de Rondônia, começou a desenvolver um povoado devido aos seringais em seu entorno. Localizado a sete quilômetros acima de Porto Velho, que se tornou a capital rondoniense. Teixeira e Fonseca (2001) relatam que o local prosperou, seringalistas construía negócios e barracões para estocar o produto e mercadorias.

Os trabalhadores vindos da região nordeste vislumbravam a esperança de melhores condições de vida. No entanto, depararam-se com uma adversidade de situações inesperadas. Logo o custeio da viagem com transporte e alimentação já era somado e anotado em suas dívidas. A alimentação durante a estada nos seringais também era cobrada em altos preços. Tudo deveria ser pago com a coleta da seringa. Lessa (1991, p. 28) explica como era o sistema dos seringais:

O cenário histórico da colonização do estado de Rondônia e os povos indígenas: repercussões de lutas e re-existência

A borracha dava grandes lucros até 1910, mas a parte do leão ficava com os exportadores. Além de especular com o preço da borracha – já que eles mesmo que vendiam e compravam os dois lados do Atlântico –, os exportadores financiavam a produção no interior e forneciam alimentos para os seringueiros e seringalistas, que, por sua vez, pagavam com borracha. Isso deu origem ao sistema de “aviamento” ou “barracão”, no qual a moeda era a borracha. Os seringalistas pagavam os fornecedores de alimentos com borracha, e os seringueiros pagavam também aos seus patrões, os seringalistas, com borracha. Isso gerava uma distorção absurda, porque os fornecedores entregavam os mantimentos com preços exagerados e os seringalistas repassavam nos barracões os mesmos mantimentos por preços mais altos ainda.

Os produtos eram repassados aos seringalistas por preços exorbitantes e, ao serem entregues aos seringueiros, agregavam novos valores. Dessa forma, o valor da seringa nunca era suficiente para saldar as dívidas no barracão ou com o seringalista. Criava-se, assim, um círculo vicioso que forçava a permanência do seringueiro e eliminava sua autonomia.

Os seringalistas preparavam um estratagema para que os seringueiros permanecessem endividados. Estes não poderiam se dedicar ao plantio de roças para subsistência. Silva (1998, p. 81) expõe que “[...] sob a alegação de que seringueiro não era agricultor, proibiam qualquer tipo de agricultura”, pois impedia o desempenho na coleta da seringa. Consequentemente, necessitavam obter produtos do patrão, e no período das chuvas intensas da Amazônia não havia coleta da seringa e, mesmo sem trabalhar, adquiria produtos a serem pagos com trabalho na próxima safra de colheita. Com isso, o seringueiro sempre mantinha um saldo devedor e aumentava a dependência ao seringalista.

Além da exploração do trabalho, os seringueiros encontravam outras dificuldades, como os sucessivos surtos de doenças tropicais, o ataque de animais e o assombro por ataques de indígenas cujos territórios estavam sendo invadidos. Numerosos seringueiros, cansados com as adversidades da exploração, optavam pela fuga, porém eram perseguidos por jagunços dos seringalistas e outros se perdiam nas florestas.

Os seringalistas e revendedores do látex viviam em ostensivo luxo. No entanto, um fato inesperado veio a quebrar seus sonhos de eterna fortuna. Ele é explicado por Ribeiro:

Ingressando no Pará na qualidade de botânico, o inglês Alexander Wickham efetuou, no Tapajós, seus experimentos com o plantio da *Hevea brasiliensis*. Em 1876, Wickham embarcou clandestinamente no navio inglês Amazonas sementes de seringueiras. Das 70 mil sementes remetidas à Inglaterra, 7 mil brotaram. Aclimatados os transplantes no Ceilão², passaram a produzir seringa de melhor qualidade e menor preço que a *Hevea* nativa. (RIBEIRO, 1990, p. 166).

Conforme informações trazidas por Ribeiro (1990, p. 166), “Em 1901, além das plantações inglesas no Ceilão, começa o cultivo da *Hevea brasiliensis* nas colônias holandesas do Oriente; os alemães fazem experimentos de plantio na África e os franceses na Indochina”.

O ocorrido era de desconhecimento dos brasileiros até a eclosão da produção dos seringais asiáticos. Por volta desse período, havia a preocupação de criar novas estratégias para o desenvolvimento da Amazônia. Para Ferreira (1960), no dia 9 de agosto de 1887 o Dr. Frederico José de Santana Nery, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, falou da preocupação da Amazônia deixar de ser palco da afortunada goma elástica. Discorreu sobre a necessidade de intensificar outras produções, como em outras províncias do Império.

No enfoque de Ribeiro (1990), em 1930 o fabricante de automóveis Henry Ford, em concessão brasileira, desenvolve um plantio no Pará. Receberam um milhão de hectares em Santarém. Contudo, as sementes e folhas foram atacadas por fungos e as plantações abandonadas. Sem maiores expectativas, desfizeram-se os esforços do cultivo.

Enquanto as seringueiras da Amazônia eram dispersas pela floresta, os seringais asiáticos eram próximos dos portos, as árvores eram plantadas em terrenos limpos e planos, de maneira alinhada e de cinco em cinco metros. A produtividade era cinco vezes maior que na Amazônia. (LESSA, 1991). Já em 1913, “[...] as seringueiras plantadas no Oriente, suplantavam em produção, em mais de 7.500 toneladas às nossas”. (SILVA, 1984, p. 24).

Esses acontecimentos contribuíram para que o interesse internacional pela borracha da Amazônia fosse direcionado às plantações orientais. Com isso, “Entre 1910 e 1914 findou o primeiro ciclo da borracha”. (SILVA, 1998, p. 82).

Os seringueiros, que estavam sujeitos ao sistema de exploração dos seringais, após o encerramento desse ciclo se viram em plena floresta sem trabalho. Mas a robustez do povo permitiu arquitetar estratégias de sobrevivência. Alguns seringueiros se mesclaram com os povos das florestas e iniciaram a formação de povoados nas adjacências dos barracões.

Após o fim do I Ciclo da Borracha, provavelmente houve opiniões de que os seringais da Amazônia jamais seriam alvo de atenção mundial. O infortúnio inesperado viera a acontecer: em decorrência da Segunda Guerra Mundial, os seringais asiáticos foram ocupados pelo Japão, fato que inviabilizou a coleta e retirada do produto pelos ingleses nos maiores seringais desse período. Com isso, mais uma vez o interesse internacional volta-se para os seringais da Amazônia.

O cenário histórico da colonização do estado de Rondônia e os povos indígenas: repercussões de lutas e re-existência

No entendimento de Ribeiro (1990, p. 168), “Após o ataque a Pearl Harbour, 1942, as tropas japonesas tomaram 97 zonas produtoras de borracha no sudeste asiático”. Nesse período, já havia a produção da borracha sintética, porém não era resistente para a fabricação de grandes pneus para uso na guerra.

Devido à invasão dos seringais asiáticos, o Brasil e os Estados Unidos da América (EUA) assinaram o Acordo de Washington em 1942. A partir daí, pode ser considerado o início do II Ciclo da Borracha em um breve período de 4 anos (1942-1945). Conforme Oliveira (2000), nesse acordo cabia aos EUA sanar a malária da região fornecer meios de transporte e produção, além de financiar 42% da produção do capital inicial. Ao Brasil, coube dispor de 58% de capital para a criação do Banco da Borracha, e entrar com seringais e seringueiros, cabendo-lhe também o recrutamento e contratação de trabalhadores.

A borracha já era utilizada mundialmente em grande escala. Com a guerra, porém, o interesse dos Estados Unidos se deu principalmente por conta da nova demanda para empregar seu uso em produtos como os pneus de avião de combate, na fabricação do revestimento de balas e em materiais de primeiros socorros.

O destino de milhares de nordestinos se cruzou novamente com os seringais amazônicos. A seca da região nordeste viabilizou a ida desses trabalhadores. Calcula-se que “Mais de 22.000 homens chegaram ali saídos do Nordeste e muitos outros de outra parte do Brasil, convocados como Soldados da Borracha”. (SILVA, 1998, p. 126). Já Lessa (1991, p. 36) cita uma média de “[...] 30 mil nordestinos foram deslocados para a Amazônia”. Enquanto Lima (1997, p. 84) sugere o envio de cerca de “[...] 100.000 trabalhadores rurais (soldados da borracha) sob contrato de dois (2) anos, para os seringais da Amazônia”.

Como se percebe, os dados quantitativos variam de maneira exorbitante em torno da quantidade de trabalhadores convocados como “soldados da borracha” e não se sabe ao certo qual deles corresponde mais proximamente à realidade.

A permanência do II Ciclo da Borracha não foi longa, uma vez que, com o término da Segunda Guerra Mundial, findou a importância da borracha amazônica e, novamente, voltou o interesse internacional para os seringais asiáticos. De acordo com Silva (1998, p. 127) também foi nesse período que “[...] a borracha sintética iniciava ser produzida em grandes quantidades, prejudicando mais uma vez a economia rondoniana, que voltou a ter reduzida população vivendo da exploração da floresta e/ou de minério”.

Devido ao surto econômico produzido pelo II Ciclo da Borracha, alguns núcleos de povoamento formados no primeiro ciclo prosperaram transformando em vilas e municípios.

Uma das decorrências foi a criação de Territórios Federais em 1943, como o do Guaporé, atual estado de Rondônia, de Rio Branco (hoje Roraima) e Amapá.

A construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM) e a questão do Acre

Antes da independência do domínio espanhol, os territórios que atualmente correspondem aos vizinhos Bolívia e Peru faziam parte de uma região chamada Charcas ou Alto Peru. No processo de emancipação política, a Bolívia constituiu-se um país separado do Peru em 1825, mas perdeu a parte territorial que lhe dava acesso ao mar utilizado para escoar suas produções, principalmente a borracha. Por conseguinte, ficou dependente do território pertencente ao Peru para ter acesso ao oceano. A partir dessa ocorrência, o caminho mais viável para o país chegar ao oceano Atlântico seria por meio do percurso dos rios Prata ou Amazonas e seus afluentes. (FERREIRA, 1960).

Os bolivianos enfrentavam dificuldades para levar mercadorias – principalmente a borracha – até o rio Amazonas, pois era preciso passar por trechos encachoeirados dos rios Madeira e Mamoré, que dificultavam a passagem de mercadorias. Devido às correntezas intensas, já haviam provocado muitas perdas de mercadorias e de vidas humanas.

Em razão desses incidentes, a Bolívia contratou engenheiros para pesquisar os trechos encachoeirados e sugerir prováveis soluções. A mais cotada foi a construção de uma estrada de ferro. Duas empresas realizaram tentativas – a Public Works e a P&T Collins. Porém, não lograram êxito devido a insalubridade e doenças tropicais, especialmente a malária.

As tentativas frustradas de construir uma estrada de ferro por iniciativa da Bolívia mudaram de foco no século XX com a anexação ao Brasil do estado do Acre, que pertencia à Bolívia. A calha dos rios Amazonas, Juruá e Purus foi ocupada por seringueiros e seringalistas brasileiros em busca da extração da goma elástica e a Bolívia reivindicava o território. Houve iniciativas frustradas por parte de Luíz Galvez Rodrigues de Aria, em 1899, e por Plácido de Castro, em 1902, para criar um estado independente do Acre, porém houve a intervenção militar brasileira.

O Brasil firmou um acordo com a Bolívia (Tratado de Petrópolis), na cláusula VII do Tratado de Petrópolis dispunha-se:

Os Estados Unidos do Brasil obrigam-se a construir em território brasileiro, por si ou por empresa particular, uma ferrovia desde o pôrto Santo Antônio, no Rio Madeira, até Guajará-Mirim, no Mamoré, com um ramal que, passando por Vila Murinho ou outro ponto próximo (Estado de Mato Grosso), chegue a Vila Bela (Bolívia), na confluência do Beni e do Mamoré. (FERREIRA, 1960, p. 205).

A Bolívia teria livre acesso para transportar seus produtos pela estrada a ser construída e transitar nos rios Madeira, Mamoré e Amazonas com destino ao oceano Atlântico. Em troca, o Brasil anexou em sua extensão territorial o Acre. Ainda coube ao Brasil pagar uma indenização ao sindicato norte-americano, com o valor de dois milhões de libras esterlinas pela quebra de contrato.

Houve a publicação de um edital para a concessão da construção da estrada de ferro. Joaquim Catramby sai como vencedor. Este subempreitou a construção para a empresa norte-americana May, Jekyll & Randolph com sede em Nova York. A empresa chegou à localidade de Santo Antônio em maio de 1907 e contratou trabalhadores para obra. (FERREIRA, 1960). Em agosto de 1907 nos Estados Unidos foi fundada a companhia Madeira-Mamoré Railway, que comprou os direitos da concessão de Catramby, e Percival Farquhar passou a ser o representante brasileiro responsável pela estrada de ferro.

Os engenheiros da empresa May, Jekyll & Randolph constataram a inviabilidade de iniciar a construção da ferrovia no local previsto que seria Santo Antônio devido à dificuldade de acesso ao porto para descarregar materiais para a construção. “Resolveram, então, alterar o projeto e descer sete quilômetros, para iniciar a construção a partir de um porto velho, mais acessível, situado em terras pertencentes ao estado do Amazonas”. (PINTO, 1993, p. 91). Com o início da construção da ferrovia em Porto Velho, o porto de Santo Antônio perdeu interesse e foi abandonado e seus moradores migraram para Porto Velho.

Atualmente, a história de Santo Antônio é restrita à Capela de Santo Antônio de Pádua, inaugurada em 1913 e tombada como Patrimônio Histórico e Artístico de Rondônia em 1986. A cachoeira de Santo Antônio foi um importante ponto turístico, porém hoje dá lugar à Usina de Santo Antônio, concluída em 2016.

Em pouco tempo desde o início das obras, muitos trabalhadores ficaram doentes e impossibilitados para o trabalho. Para evitar o fracasso e dar continuidade às obras, havia agentes para recrutar novos trabalhadores em diversos países do mundo. A cada mês, novos trabalhadores chegavam repletos de força e de expectativas de ganhar bons salários. Porém, “Dois ou três meses após, os que não tivessem morrido, estariam inutilizados, em sua maioria. Os que não abandonassem o trabalho seriam despedidos, por inúteis. E nova leva de homens de boa saúde, estaria chegando para substituí-los”. (FERREIRA, 1960, p. 218).

A malária era a doença que mais assolava os trabalhadores. Em 1908, o doutor Belt descreveu que a doença ainda nunca fora citada nos livros e nem sequer conhecida em parte alguma do mundo. Caracterizava-se por uma maléfica anemia, congestão do fígado, estômago e baço. O moribundo sentia uma fraqueza física causada pela febre altíssima. Ainda inchava as juntas do corpo, com paralisia parcial dos nervos motores e sensitivo. (HUGO, 1991).

Em consequência do anseio do término da obra, a companhia Madeira-Mamoré Railway, a empresa contratada May, Jekyll & Randolph e o governo brasileiro não pensaram nas vidas humanas que foram ceifadas. Sem forças para continuar as obras, foram descartados e jogados à mercê da sorte. Os responsáveis por esse estado calamitoso pouco fizeram para ampará-los. Pelo contrário, eram enxotados e despedidos sem ser ressarcidos. Eram substituídos por novas vítimas para dar continuidade às obras.

Vale ressaltar a violência empregada para com os povos indígenas que moravam nas redondezas. Por sentirem a tomada de seus territórios, eles respondiam com ataques na tentativa de expulsar os invasores. Porém, ora eram exterminados quando se tornavam impedimento para a construção, ora eram explorados quando se faziam amigos.

A construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré (1907-1912), cortando os territórios indígenas que atualmente compreendem o estado de Rondônia, aumentou o já sangrento confronto entre índios e sertanejos; dessa vez os conflitos aconteceram com operários da companhia férrea, que acusavam os índios de roubar os dormentes da estrada de ferro, para sanar o problema, a companhia chegou a eletrocutar o trilho para evitar roubos, o que causou inúmeras mortes. (SILVA, 2008, p. 89-90).

A floresta amazônica assistiu a morte de milhares de trabalhadores indígenas e outros vindos de diversos países do mundo. Pessoas se perderam na floresta, outros morreram nas correntezas dos rios. A bela região, composta por uma fauna e flora única da Amazônica, foi testemunha da matança motivada pelo desejo de obter lucros a qualquer preço, sem pensar nas vidas destruídas.

Apesar das adversidades enfrentadas, a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré chegou ao fim. Após o Tratado de Petrópolis, sob responsabilidade brasileira, iniciou-se em 1907 e foi concluída em 1912. A ferrovia percorria o trajeto de Porto Velho a Guajará-Mirim com o percurso de 344 quilômetros. A inauguração ocorreu no dia 1 de agosto de 1912 com uma viagem de Porto Velho a Guajará-Mirim transportando autoridades.

A estrada de ferro que levava décadas para ser construída, com um alto valor para os cofres públicos foi muito desejada, porém sua vida útil não contemporizou. Após o término

do auge do I Ciclo da Borracha, a estrada passa a dar mais despesas do que lucros. O governo construiu uma estrada ligando os municípios de Porto Velho a Guajará-Mirim e desativou a estrada de ferro. De acordo com Silva (1984), a estrada de ferro foi paralisada no dia 10 de julho de 1972.

Entre as consequências da construção da EFMM, destacam-se o surgimento e o desenvolvimento de Porto Velho e Guajará-Mirim, as primeiras cidades do atual estado de Rondônia. Porto Velho foi elevado à categoria de município no dia 2 de outubro de 1914, e Guajará-Mirim em 12 de julho de 1928. Também foi o motivo da construção da linha telegráfica por Rondon.

A construção da linha telegráfica e a rodovia BR-364

Com o intuito de integrar o extremo norte ao restante do país, devido ao desenvolvimento regional por conta da demanda da extração do látex e à construção da EFMM, o governo brasileiro, por ato do presidente Afonso Pena, propôs a construção de uma linha telegráfica para ligar Cuiabá à cachoeira de Santo Antônio do Rio Madeira. Este local era o limite da fronteira entre o Amazonas e Mato Grosso.

O telégrafo já havia sido implantado em outros locais do território brasileiro. De acordo com Pinto (2013), de Santo Antônio do rio Madeira a Manaus já estava sendo instalada uma estação telegráfica sem fio. A construção da ferrovia e da linha telegráfica iniciou-se no ano de 1907. O oficial de engenharia militar Cândido Mariano da Silva Rondon foi designado para comandar a edificação. Rondon já havia liderado a construção de outras duas linhas telegráfica, porém,

A mais importante das expedições, para Rondônia, foi exatamente a terceira, pois aquela coluna varou todo o sertão do atual Estado em travessia que durou 237 dias – de maio a dezembro, numa extensão superior a 800 km e, duas turmas organizadas por Rondon e denominadas turma Norte e turma Sul, sendo que, enquanto a norte procurava localizar a cabeceira do rio Jacy-Paraná, cabia à turma sul a tarefa de reconhecimento e exploração do terreno compreendido entre a Serra do Norte e o caudaloso Madeira, está sob a chefia do então tenente-coronel de engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon³. (SILVA, 1984, p. 74).

Rondon liderou uma comissão que ficara conhecida como Comissão Rondon. O objetivo não foi somente ligar Cuiabá à Santo Antônio com a comunicação telegráfica, mas examinar o território e desenvolver estudos sobre ele com vistas a fornecer informações para explorá-lo. Para isso, fizeram um levantamento geográfico, hídrico, da fauna e da flora e dos recursos minerais; ainda tinham a meta de localizar os povos indígenas da região. As

informações obtidas foram descritas em 33 relatórios entregues ao governo. O Museu Nacional do Rio de Janeiro foi sede de várias conferências de Rondon e seus auxiliares. (SILVA, 1998).

O trajeto começou “[...] através da região Noroeste de Cuiabá até o Rio Juruena (1907) e, daí, até o rio Ji-Paraná (1908) e, por fim, a Santo Antônio do Madeira (1909), percorrendo uma região de 500.00 km²” (SIQUEIRA *et al.* 2016, p. 21). E, posteriormente, foi instalado um ramal até Guajará-Mirim. A comissão chegou à foz do rio Urupá com o rio Ji-Paraná (rio Machado). Nesse lugar já existia um vilarejo denominado Urupá. Seus moradores eram extratores da borracha e garimpavam metais preciosos. Rondon instalou um posto telegráfico e o denominou de Presidente Afonso Pena. (LIMA, 1997). Com o tempo, o vilarejo ganhou o nome do posto.

Para Silva (1984, p. 78), “Somente em 1915, os expedicionários conseguiram implantar o último poste, quando então foi esticada a última roldana de fio, pois até 1909 eles somente conseguiram abrir a picada inicial que seria alargada mais tarde”. De acordo com a Revista Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (2007), a linha apresentou uma extensão de 1.497,5 km, com a instalação de ramais chegou a perfazer o total de 1.997 km de linhas telegráficas.

Quando mantinha um contato amistoso com povos os indígenas, a comissão os aproveitavam para o trabalho da construção da linha telegráfica. Devido à “[...] escassez de recursos, foram os índios bororos, terenas, afaiés e cadieus que o auxiliaram e assim pôde ele quase sem ajuda de operários construir, em tempo recorde”. (NEVES, 1985, p. 35).

Após o término da instalação da linha telegráfica Cuiabá/Santo Antônio, o seu aproveitamento não foi duradouro. Nesse período, a comunicação realizada por meio do telégrafo com fio deu lugar à novas tecnologias e “Aquela, como outras tantas linhas telegráficas ao iniciar a terceira década de século XX, ficou ultrapassada devido aos avanços técnicos da radiotelegrafia”. (PINTO, 1993, p. 124). A linha foi desativada após a abertura da BR-364, “quando apenas alguns postes com fios distendidos ao longo da rodovia, marcavam o símbolo do desbravamento”. (SILVA, 1984, p. 78).

Embora pouco utilizada, a construção da linha telegráfica deu origem a algumas vilas como Vilhena, Pimenta Bueno e Jaru e outras, emergidas no I Ciclo da Borracha; fez também com que se tornassem prósperas, como o povoado de Papagaios (atual cidade de Ariquemes) e a Vila Urupá (atual cidade de Ji-Paraná). Com o levantamento feito pela Comissão Rondon, conheceu-se o potencial econômico que o local poderia proporcionar

O cenário histórico da colonização do estado de Rondônia e os povos indígenas: repercussões de lutas e re-existência

além da exploração da seringa. Devido aos “feitos” da Comissão, em 1956 o presidente Juscelino Kubitschek fez a mudança de nome do Território Federal do Guaporé para Território Federal de Rondônia, em homenagem a Cândido Rondon (já sugerida pelo antropólogo Roquette-Pinto). (PINTO, 1993).

Decorridas algumas décadas da construção da linha telegráfica, o mesmo traçado foi utilizado para construir a BR-29, atual BR-364. Para Oliveira (2000), as obras da BR começaram em 1945 e no ano de 1947 entregaram apenas 55 quilômetros de estrada aberta e a obra foi paralisada. Porém, Kubitschek determina a continuação da construção e, em 1966, com o trabalho do 5º BEC (Batalhão de Engenharia de Construção), foi consolidada a abertura da estrada ligando Rondônia ao Centro-Sul do país. A pavimentação ocorreu somente em 1984.

A partir da década de 1970, o processo de ocupação da região se tornou público e oficial, quando a região recebeu três programas financiados parte pelo capital internacional: o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLAMAZÔNIA (1974), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – POLOCENTRO (1975) e o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil – POLONOROESTE (1982) e mais tarde o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia – PLANAFLORO⁴ (1991).

No panorama de Fearnside (1986), a conclusão da rodovia Marechal Rondon Cuiabá/Porto Velho (BR-364) foi concluída em setembro de 1984 por meio de verbas do Programa *Polonoroeste* do Governo Federal.

Dada a situação, a implantação do Programa Polonoroeste (1982 – 1987) com financiado parcial do Banco Mundial, acelerou o fluxo migratório de migrantes para a região prevendo a abertura e asfaltamento da BR-364 ligando Cuiabá a Porto Velho; viabilizou a implantação de muitos empreendimentos para colonizar Rondônia. Segundo Oliveira (2000, p. 20) isso facilitou “[...] o acesso a áreas indígena no Noroeste de Mato Grosso, parte do Estado do Amazonas e do Estado do Acre, ampliando descontroladamente o processo colonizatório e agravando os campos de conflitos”

Com esse feito, revolveu um dos principais empecilhos para o deslocamento dos migrantes. Antes da pavimentação,

O movimento da rodovia intensificou-se a partir dos anos 70. De 1974 a 1984 nos períodos chuvosos, a BR-364, ainda sem asfalto, era praticamente intransitável; surgiam lugares chamados de atoleiros, onde se faziam filas de

caminhões e ônibus, já que naquela época, automóveis praticamente não a transitavam, devido à qualidade da rodovia e os areões na região de Mato Grosso, que inviabilizaram o tráfego, tanto no período de seca, como no chuvoso. No inverno, a viagem de Cuiabá a Porto Velho, chegava a durar vários dias ou semanas. Faltavam remédios, gêneros alimentícios; verduras e legumes eram novidades quando chegavam. (OLIVEIRA, 2000, p. 67-68).

Mesmo com as dificuldades enfrentadas no percurso antes da pavimentação da estrada, como os lamaceiros em tempos de chuva e as nuvens de poeira durante os períodos de seca, não ficou impedida a migração em busca de novas perspectivas de vida. Porém, a construção da rodovia foi a gota d'água para eclodir a vinda de milhares de pessoas para Rondônia. O relatório da OPAN (1987), alertava por meio dos registros escritos os órgãos oficiais (FUNAI, INCRA) a importância de observar a área de abrangência inicialmente pelo Polonoroeste em Mato Grosso e Rondônia, constituída por diferentes municípios ao longo da BR-364. Com esse fluxo migratório para a região eclodiam-se os conflitos envolvendo posseiros, grileiros, madeireiros, fazendeiros, invasores contra os territórios indígenas, cujo processo repercutem até os dias atuais, bem como os diferentes relatos e registros da omissão e submissão dos órgãos oficiais como SUDAM, INCRA, FUNAI, PF, PM neste contexto.

Como se vê, o desenvolvimento de Rondônia tem levado as sociedades indígenas a pagarem um preço altíssimo por conta da política de retalhamento do solo, dos projetos de colonização oficiais e não oficiais (SANTOS, 2014, p. 36). Não houve planejamento humano, social ou ambiental; ignorou as características e desconsiderou a presença das populações indígenas que viveram e vivem aqui (TEIXEIRA; FONSECA, 2001). Dentre as várias consequências (SANTOS, 2014) desse afluxo desordenado sobre os territórios indígenas, destacam-se o desaparecimento de diversos povos, a redução populacional e dos territórios. Da parte dos indígenas, essa nova realidade ensejou novas estratégias de luta e de resistência (NEVES, 2009), como a sua organização em associações e a formação de parcerias e alianças em defesa dos seus interesses, especialmente dos territórios. Um exemplo desse repensar coletivo ocorre em 1988, entre os povos Suruí, Gavião, Arara, Zoró e Cinta-Larga e resultou na definição conjunta de uma agenda de lutas desses povos. Apesar das desavenças antigas os guerreiros dessas cinco etnias realizaram uma expedição para retirada dos ocupantes/invasores em novembro de 1988 da T.I Igarapé Lourdes em Ji-Paraná (RO). (IAMÁ, 1992). Isto prova que os indígenas dessa região não são somente vítimas, mas elemento transformador da própria realidade” (SANTOS, 2014, p. 35).

Nessa perspectiva (NEVES, 2009; FAUSTINO, 2006; SANTOS, 2014) compreendem que as principais bandeiras indígenas continuam sendo a melhoria na qualidade de vida, garantir o acesso à saúde e educação, gestão territorial e busca de alternativas econômicas e de subsistência. Tal situação corresponde à realidade de muitas outras sociedades indígenas no Brasil.

A imposição colonial implantada na Amazônia pode ser fundamentada em Quijano (2002, p. 4), ao mencionar que “[...] o fenômeno do poder é caracterizado como um tipo de relação social constituído pela co-presença permanente de três elementos – dominação, exploração e conflito”. A disputa territorial entre portugueses e espanhóis em prol da posse e da busca por riquezas não levou em conta os povos indígenas, e ainda impôs um controle de poder sobre os colonizados.

Para Fleuri (2014, p. 92-93), colonialidade “[...] indica o padrão de relações que emerge no contexto da colonização europeia nas Américas e se constitui como modelo de poder moderno e permanente”. Mesmo após a definição das posses entre portugueses espanhóis e, posteriormente, a “independência” do Brasil, continuou o controle da sociedade não indígena sobre os povos indígenas e seus territórios. A relação de poder instaurada entre colonizadores e colonizados no estado de Rondônia desde o início até hoje pode ser explicada pela noção da colonialidade.

Considerações finais

A presente pesquisa foi desenvolvida com a finalidade de contextualizar as implicações ocasionadas no decorrer dos I e II Ciclos da Borracha, a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), a construção da linha telegráfica de Rondon e abertura da rodovia BR-364, no que tange a colonização do estado de Rondônia.

Com a descoberta do uso da borracha para fins econômicos, o olhar do mundo se voltou para a região amazônica, porém foi breve com o cultivo de seringais asiáticos em territórios com maior acesso. Porém, com a Segunda Guerra Mundial, novamente a Amazônia é palco para a exploração.

A construção da EFMM contribuiu para o surgimento de Guajará-Mirim e Porto Velho, as duas primeiras cidades do estado. Com o primeiro Ciclo da Borracha surgem aglomerados que se cresceram no II Ciclo e no decorrer da colonização do Estado de Rondônia. Também contribuiu para a criação do território Federal do Guaporé, e depois elevado ao Estado de Rondônia. A migração de colonos e a vasto uso dos solos rondonienses para a criação de latifundiários também se dá em decorrência da colonização.

Com o advento de novas frentes de ocupação dos estados de Mato Grosso e Rondônia, como a madeireira, mineraria, agropecuária e energética, as populações que historicamente ocuparam a região passaram a enfrentar um novo desafio para a manutenção física e cultural. Os indígenas foram os primeiros a sofrer as consequências da colonização europeia na Amazônia. Além deles, os seringueiros e posteriormente os colonos pobres também se tornaram vítimas da ação colonial.

Sujeitas a essas dinâmicas, as sociedades indígenas tiveram que reinventar suas estratégias de subsistência física e cultural, por meio da incorporação de novos hábitos, valores, língua, modo de vida, lutas e sonhos. “De outra parte, alteraram também suas relações com os demais povos indígenas por meio de alianças, parcerias e organizações representativas dos seus interesses” (SANTOS, 2014, p. 44). Em razão da luta pela proteção de suas terras, os indígenas ampliaram os contatos no cenário nacional/internacional e passando a fortalecer **movimento indígena** em defesa de suas identidades e em busca de alternativas para reexistir.

Referências

- ACHINTE, Adolfo Albán. **Artistas indígenas y afrocolombianos: entre las memorias y las cosmovisiones. Estéticas de la re-existencia.** In: PALERMO, Zulma (Ed.). Arte y estetica en la encrucijada descolonial. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2009, p. 83-112.
- BARBOZA, Edson Holanda Lima. **Da diáspora cearense: classificações raciais e alianças em rotas entre o ceará e a Amazônia.** Projeto História, São Paulo, n. 56, p. 117-148, maio/ago. 2016. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/25806/20807>>. Acesso em: 19 dez. 2019.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos** (3a ed.). São Paulo: Companhia das Letras. 1994.
- CASALI, Alípio. **Descolonização e Direitos humanos na educação.** Revista Educação Pública. Cuiabá, v. 23, n. 53/1, p. 259-279, maio/ago. 2014. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br>> Acesso em: 20 dez. 2019.
- FAUSTINO, Rosângela Célia. **Política educacional nos anos de 1990: o multiculturalismo e a interculturalidade na educação escolar indígena.** 2006. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- FERREIRA, Manoel. R. **A ferrovia do diabo: história de uma estrada de ferro na Amazônia.** São Paulo: Melhoramentos, 1960.
- FLEURI, Reinaldo. M. **Intercultura e educação.** In: Revista Brasileira de Educação. São Paulo: Cortez, ANPED. n. 23, jul/agosto de 2018.

O cenário histórico da colonização do estado de Rondônia e os povos indígenas: repercussões de lutas e re-existência

HUGO, Victor. **Desbravadores**. Rondônia: Banco do Estado de Rondônia (BERON), 1991. (Volume II).

IAMÁ. Instituto de Antropologia e Meio Ambiente. **Digut**. Povo Gavião. História do Contato com os não índios. Projeto Educação Bilingue/RO. Ji-Paraná, [1992].

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991. 205p.

LESSA, Ricardo. **Amazônia: as raízes da destruição**. 7. ed. São Paulo: Atual, 1991.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTEIRO, M. E. B. **O Serviço de Proteção aos Índios e o Tribunal Especial na Amazônia**. 2018. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/?tag=candido-rondon-1865-1958>. Acesso em: 22 mai. 2020.

NEVES, Abel. **A caminho de Ji-Paraná**. Brasília: Regional, 1985.

NEVES, Josélia Gomes. **Cultura Escrita em Contextos Indígenas**. 2009. 369 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual de São Paulo. UNESP, São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, Ovídio Amélio de. **História desenvolvimento e colonização do estado de Rondônia**. 3. ed. Porto Velho: Dinâmica, 2000.

OPERAÇÃO ANCHIETA/CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Dossiê índios no Mato Grosso**. Cuiabá, 1987.

PERDIGÃO, F; BASSEGIO, L. **Migrantes Amazônicos- Rondônia: trajetória da ilusão**. São Paulo: Loyola, 1992.

PINTO, Emanuel Pontes. **Rondônia, evolução histórica: criação do Território Federal do Guaporé, fator de integração nacional**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993.

PINTO, R. F. Edgard Roquette-Pinto: Antropologia brasileira. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. **Cienc. Hum.**, Belém, v. 4, n. 3, p. 557-559, set./dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v4n3/v4n3a14>. Acesso em: 30 mar. 2021.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do Poder e Classificação Social**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria de Paula (Orgs.). Epistemologias do Sul. Coimbra: Edições Almedina. SA, 2009.

RIBEIRO, Berta. G. **Amazônia urgente: cinco séculos de história e ecologia**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1990.

SANTOS, Vanubia. S. dos. **Expressões Identitárias no Espaço Escolar**: um estudo com estudantes indígenas de escolas públicas urbanas de Ji-Paraná, Rondônia. Dissertação de Mestrado. UFMT, Cuiabá – MT. 2014.

SILVA, Amizael Gomes da. **Conhecer Rondônia**. Porto Velho: Geográfica, 1998.

SILVA, A. G. **No rastro dos pioneiros**: um pouco da história rondoniana. Porto Velho: SEDUC, 1984.

SILVA, Aparecida Augusta da. **Em busca do diálogo entre duas formas distintas de conhecimentos matemáticos**. 2008. 174 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de concentração: ensino de Ciências e Matemática. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; MACHADO, Fernanda Quixabeira; ÁVILA Luciwaldo Pires de. **O Brasil pelos brasileiros**: relatórios científicos da Comissão Rondon./.. Cuiabá-MT: Carlini Caniato Editorial, 2016.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**. Manaus: Valer, 2009.

TEIXEIRA, Antônio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro. **História regional**: Rondônia. 2. ed. Porto Velho: Rondoniana, 2001.

Notas:

¹ Povo indígena que vivia no estado do Amazonas, aniquilado pelas frentes de colonização e ataques de outros povos.

² País asiático composto por uma ilha, atualmente denominado Sri Lanka.

³ O militar Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon foi o idealizador do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), criado em 1910, “figura mítica do Brasil republicano”, distinguindo-se, principalmente, o sentido que “Rondon atribuía à questão indígena, ou seja, como questão de responsabilidade do Estado brasileiro traduzida na ideia guia de tutelar e proteger o índio” (PINTO, 2009, p. 557). Atrair e pacificar os índios configurava uma prática preconizada por Rondon desde sua liderança à frente da Comissão que levava seu sobrenome. Como líder das expedições, Rondon esteve vinculado desde a Comissão de Linhas Telegráficas, o SPI, até a Comissão de Inspeção de Fronteiras, no período de 1890 a 1930 (MONTEIRO, 2018).

⁴ O Planaflores visava ordenar o espaço físico de Rondônia de acordo com o zoneamento agroecológico e orientar seu desenvolvimento. Divide as terras do Estado de Rondônia em seis zonas, específicas para seu desenvolvimento agrícola, extrativismo, preservação florestal e reservas indígenas, beneficiando, no papel, 2 mil seringueiros, 4 mil índios e 52 mil famílias de colonos. (Ricardo Arnt. Folha de São Paulo. 14 de maio de 1990 (São Paulo - SP). Fonte: CEDI. Acervo ISA

Sobre as autoras:

Vanúbia Sampaio dos Santos

Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá-(UEM). Mestre em Educação pela UFMT. Professora do Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e membro do Grupo de Pesquisa em Educação na Amazônia – GPEA/UNIR. Docente do curso de Especialização em Educação Escolar Indígena do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar Indígena (PPGEI) vinculado ao Departamento de Educação intercultural da UNIR. E-mail: vanubia.sampaio@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9404-2890>

Rosângela Célia Faustino

Pós-Doutora em Conhecimento e Inclusão Social em Educação (FAE/UFMG-MG). Doutora em Educação (PPGE/UFSC). Mestre em Fundamentos da Educação (PPE/UEM). Professora da Universidade Estadual de Maringá (UEM) – Brasil. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE/UEM). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Indígena no Paraná (GEPEI/UEM). Coordenadora do Observatório da Educação Escolar Indígena UEM (CAPES/INEP) e Professora das licenciaturas de Pedagogia (UEM/PR) e Pedagogia Indígena (UNICENTRO/PR). E-mail: rcfaustino@uem.br ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0094-5528>

Armelinda Borges da Silva

Doutoranda em Educação Escolar do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar Profissional (PPGEProf) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Professora da rede pública de ensino municipal de Ji-Paraná-RO. Membro do Grupo de Pesquisa em Educação na Amazônia – GPEA/UNIR. E-mail: armelindabs@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8788-6187>

Recebido em: 19/04/2021

Aceito para publicação em: 06/06/2021